

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos servidores públicos municipais da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Município será concedido Auxílio- Alimentação, na forma prevista nesta Lei.

Parágrafo Único - Consideram-se servidores públicos, para os efeitos do "caput", os servidores legalmente investidos em cargos públicos efetivos, designados ou comissionados e em funções públicas, excetuados aqueles designados para atender programas ou projetos específicos, custeados por recursos de convênios e que tenham duração limitada para sua execução.

Parágrafo Único - Consideram-se servidores públicos, para os efeitos do "caput", os servidores legalmente investidos em cargos públicos efetivos, em cargos comissionados e em funções públicas temporárias, excetuados, neste caso, aqueles que percebam remuneração exclusivamente variável. (Redação dada pela Lei nº 10.074/2006)

Art. 2º A concessão do benefício Auxílio-Alimentação, de natureza premial, será feita mensalmente, através do fornecimento de Cartão magnético, mediante contratação de empresa fornecedora, pelas entidades referidas no art. 1º, a qual será responsável pela prestação do serviço de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento do cartão, observado o seguinte:

I - será creditado no Cartão do servidor, o valor mensal estabelecido na legislação municipal;

II - o servidor que acumule cargo, emprego ou função, nas formas permitidas na Constituição Federal, fará jus à percepção de um único Cartão, com crédito de um único valor mensal;

III - o Auxílio-Alimentação, instituído na forma do "caput", é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

Art. 3º A concessão do Auxílio-Alimentação, na forma definida no artigo anterior, será proporcional à frequência do servidor.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, o servidor perderá, proporcionalmente, o valor do dia em que faltar ao serviço sem motivo justificado.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, além do desconto referente à falta injustificada, serão descontados, ainda, os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos não trabalhados, relativos ao período.

§ 3º - No caso de falta sem justificativa prevista na Lei Municipal nº 2.140/71, a mesma, sendo relevante, deve ser feita por escrito e sujeita à aprovação dos superiores imediatos e com ratificação do Secretário ou pessoa por este indicada, não contando como falta para efeitos dessa Lei.

§ 4º - Não fará jus ao crédito do valor mensal integral, no período, o servidor que tiver sido suspenso disciplinarmente ou estiver em gozo das licenças e afastamentos não remunerados, conforme dispuser a lei.

Art. 4º O disposto na presente Lei entra em vigor a partir de 1º de novembro de 2005 para os servidores da Administração Direta.

Parágrafo Único - As Autarquias e Fundações do Município implementarão as medidas necessárias à execução desta Lei, na medida do vencimento das obrigações anteriormente contraídas, sob as normas da Lei nº 6.762, de 28 de agosto de 1998, e ainda vigentes.

Art. 5º Os valores mensais referentes ao Auxílio- Alimentação de que trata esta Lei, a serem pagos aos servidores da Administração Pública, Autarquias e Fundações do Município, serão definidos por ato do Poder Executivo, na forma de regulamento.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 6.762, de 28 de agosto de 1998, e o item 1.6 da Instrução Normativa de Serviço SAD nº 002, de 21 de setembro de 2003, com a alteração introduzida pela Instrução Normativa nº 001/2004

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2005.

Uberaba, 09 de novembro de 2005.

Anderson Adauto Pereira

Prefeito Municipal

José Luiz Alves

Secretário de Governo

Rômulo de Souza Figueiredo

Secretário Municipal de Administração

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 25/01/2018

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.